

ANEXO 04
DECLARAÇÃO DE DIVISÃO DE ALUGUEL
(Declaração exclusiva para candidato que divide aluguel)

Eu, Luisa Maura Christoff Seemann, portador da carteira de identidade nº 7098293, e CPF nº 10916942902, acadêmico(a) regularmente matriculado(a) no curso de Ciências biológicas – opção Biologia Marinha da Universidade do Estado de Santa Catarina, declaro para os devidos fins e sob as penas da lei para comprovação do Cadastro Socioeconômico que divido com as pessoas abaixo nominadas e assinadas, os gastos de aluguel do imóvel situado no endereço Arcan. Bianchini, nº 149, sendo que o valor total do aluguel é de R\$ 1.060,00 (legível) e que o valor mensal que cabe a mim contribuir é de R\$ 530,00 (legível).

Anexar cópia do contrato de aluguel.

Nome e assinatura dos demais moradores:

1. Nome Completo (legível): Luisa Maura Christoff Seemann.

Assinatura e telefone: (48) 9 9840-2176

2. Nome Completo (legível): Maria Eduarda Campos Borges.

Assinatura e telefone: (11) 965967582



Documento assinado digitalmente

MARIA EDUARDA CAMPOS BORGES

Data: 14/03/2026 15:52:26-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

3. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone: _____

4. Nome Completo (legível): _____.

Assinatura e telefone: _____

Declaro ainda que as informações acima apresentadas são verdadeiras e estou ciente de que a omissão de informações ou apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição/benefício.

Autorizo ainda o Serviço Social e a Secretaria de Assuntos Estudantis da UDESC a averiguar a informação acima.

Data: ____/____/____



Documento assinado digitalmente

LUISA MAURA CHRISTOFF SEEMANN

Data: 14/03/2026 14:21:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura da(o) Declarante

Declaro ainda ciente da Lei N° 2.848 de 1940 (Código Penal) em seu Artigo 301, Parágrafo 1º: “Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem: Pena - detenção, de três meses a dois anos”.